

Faccamp – Faculdade Campo Limpo Paulista

Leila Carmo Alves da Silva

O Percurso de um Educador – Merendeira

Coordenação Geral: Prof^a. Lilian V. S. Steffens

Orientação: Prof^a. Dra. Wilma da Silva

Campo Limpo Paulista

2009

Faccamp – Faculdade Campo Limpo Paulista

Leila Carmo Alves da Silva

O Percurso de um Educador – Merendeira.

Projeto de Pesquisa apresentado como exigência para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pedagogia da FACCAMP, sob orientação da Profª Drª Wilma da Silva.

Curso: Pedagogia/ Licenciatura

Turma: A

Orientador: Wilma da Silva

Campo Limpo Paulista

2009

Folha de Aprovação

Professor Orientador: Wilma da Silva

Banca examinadora: Nestor Bertini Jr.

Nota final:

Data: _____/_____/2009

Epígrafe

"O saber a gente aprende com os mestres e com os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes."

"Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina."

Cora Coralina (19889 – 1995)

Dedicatória

Dedico esta obra a pessoa que foi muito importante para minha formação: Prof^a Lilian V. S. Steffens.

Agradecimentos

Agradeço primeiro a Deus que nunca me desamparou e me deu a oportunidade de realizar meu sonho. Em segundo, agradeço às minhas filhas e esposo que tiveram paciência diante de tantas dificuldades e momentos em que não estive presente; também agradeço aos meus pais e irmão que além de me ajudarem financeiramente, me ajudaram dando apoio moral e nunca me abandonaram.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo pesquisar a visão dos funcionários não docentes do ensino infantil com o fato de serem educadores, as relações dos afazeres diários com as práticas educativas, assim como a importância do seu trabalho para o desenvolvimento infantil e o preconceito vivenciado pelos funcionários não docentes dentro da instituição. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi: investigação bibliográfica, análise na internet e pesquisa de campo realizada em uma instituição de educação infantil da rede pública do município de Jundiaí, que atende crianças de zero a três anos de idade. Para a realização da pesquisa de campo foi utilizado questionários, palestras com texto explicativo, observação e pesquisa documental. Mediante os dados colhidos nas pesquisas realizadas, pode se concluir que realmente todos os participantes da equipe escolar são educadores e efetuam um papel importante na formação da criança. Estes profissionais demonstram estar em constante busca ao reconhecimento de sua categoria, para que possam então deixar de serem invisíveis. Para tanto estão sempre dispostos a participar dos cursos de capacitação que lhes são oferecidos pelos gestores do município, bem como a retomada aos estudos a partir do ponto de onde pararam.

Palavras-chave: merendeiras, funcionários não-docentes, educadores, educação infantil, desenvolvimento infantil, ascensão profissional, formação profissional.

SUMÁRIO

| | |
|-----------------|----|
| INTRODUÇÃO..... | 09 |
|-----------------|----|

DESENVOLVIMENTO

| | |
|------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. A procura da passagem da condição de merendeiras para educador..... | 13 |
| 2. História da Instituição Infantil (Creches e pré-escolas)..... | 22 |
| 3. A realidade vivenciada pelas merendeiras..... | 28 |

| | |
|---------------------------|----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 36 |
|---------------------------|----|

| | |
|--------------------------|----|
| REF. BIBLIOGRÁFICAS..... | 37 |
|--------------------------|----|

Introdução:

Durante minha trajetória pessoal, desde o ano 2000, ser vista e considerada educadora passou a ser meu desejo, meu objetivo. No ano 2000 ingressei na área da educação como auxiliar de serviços educacionais (merendeira), no entanto nunca havia pensado na possibilidade de um futuro nessa área.

Trabalhei em várias escolas, vivenciei diferentes culturas, diferenças sócio-econômicas e realidades que por mim não haviam sido até então enxergadas; É a partir de então que minha vida começa a fazer sentido, surge então o desejo de poder fazer algo, de me tornar uma pessoa melhor, mais participativa, de doar um pouco de mim, fazer a diferença na vida de uma criança ou de um adulto que precise de orientações.

Desde Janeiro de 2001, eu era auxiliar de serviços educacionais, mais conhecidos como merendeira, numa unidade pública de ensino infantil (0 – 3 anos) no município de Jundiaí, contudo sempre me considerei educadora uma vez que constantemente atuava nas ações educativas da unidade; atuei em apresentações de teatro para as crianças, roda de música, contei histórias, realizei projetos e nos meus horários livres colocava-me a disposição para ajudar no cuidado com as crianças e o mais importante, troca de afeto e carinho.

Outro ponto que acredito ser essencial foi a participação freqüente nas horas de estudo que são realizadas todas as semanas na unidade; estes momentos são destinados a pesquisa de assuntos referentes ao desenvolvimento da criança, da postura dos funcionários na realização das suas tarefas entre outros temas relacionados com a qualidade da educação.

Foi a partir dessas experiências que senti a necessidade de voltar a estudar e ter como foco a educação, pois com o passar do tempo ser apenas uma auxiliar de serviços educacionais já não satisfazia os anseios em relação ao trato com os discentes; Nessa ocasião já conseguia visualizar a importância da função exercida

por mim e no que a ação exercida por este tipo de profissional poderia contribuir na educação dos alunos, mas isso não era suficiente, queria estar mais presente, atuar diretamente, poder intervir de forma mais significativa; A diretora sempre afirmava que nossa categoria fazia parte do grupo de educadores da unidade, contudo pouco a pouco ela nos impediu de atuar junto às crianças.

Havia muitas barreiras que me impediam de voltar a frequentar uma escola, minhas duas filhas pequenas, o marido não me apoiava sem contar que não tinha dinheiro para arcar com as despesas de uma faculdade.

No ano de 2006, apoiada por meus pais e irmãos, realizei a prova do ENEM e fiz a inscrição no programa Pro uni – Universidade para todos; fui selecionada com uma bolsa de cinquenta por cento para o curso de pedagogia na Faculdade de Campo Limpo Paulista – Faccamp no segundo semestre de 2007. Convenci meu esposo e com ajuda financeira de meus pais e irmãos, com muita dificuldade comecei a frequentar a faculdade.

Aconteceu então uma transformação radical; foi como se eu tomasse uma injeção de ânimo; as aulas contribuíram muito para meu crescimento pessoal e intelectual e pude ver que não bastava querer ser uma educadora, tinha que agir como tal; muita das concepções a respeito do comportamento das crianças percebi, eram completamente equivocadas e tinha que mudar imediatamente se quisesse realmente colaborar.

Em Dezembro de 2008 prestei o concurso de monitor de creche no município de Jundiaí e obtive uma excelente colocação.

No ano de 2009, apesar de muitas críticas realizadas pelas colegas de trabalho que acreditavam ser inviável a troca de cargo, visto que haveria uma diminuição no meu salário e também pelo motivo de que elas acreditavam que o trabalho a ser realizado com as crianças é mais difícil do que o trabalho manual na cozinha, mudei de função com a esperança de poder compartilhar a experiência adquirida na faculdade.

Se fosse levar em consideração a questão financeira como muitos me questionaram, realmente não trocaria de função, mas para mim nesse momento o dinheiro não vai entrar em questão, obviamente é uma questão relevante, mas a realização pessoal está falando mais alto. A satisfação em saber que estou contribuindo para a formação de um indivíduo melhor faz com que me sinta em paz comigo mesma e isso não tem preço, nada paga.

Foi socializando essa trajetória em sala de aula que a professora de formação de professores Lílian V.S.Steffens, sugeriu que pensasse na possibilidade de elaborar o trabalho de conclusão de curso enfatizando o trabalho de milhares de educadores não docentes e o reconhecimento do trio gestor e do governo em relação à questão - sou ou não sou educador?

Num primeiro momento recuei, pois até então o tema selecionado era relacionado à alfabetização; contudo ao refletir sobre o assunto, senti a necessidade de aprofundar meus conhecimentos neste tema, assunto que sempre defendia, mas sem apresentar fundamentações.

Para completar, comecei a me perguntar:

- Será que os funcionários não docentes da educação infantil se vêem como educadores?
- Os funcionários não docentes da escola compreendem a importância do seu trabalho para o desenvolvimento infantil?
- Os funcionários não docentes conseguem relacionar seu trabalho com as práticas educativas?

Comecei então, a conversar com vários profissionais da área de educação a fim de obter um perfil da visão destes profissionais nos dias de hoje e pude notar que apesar destes afirmarem ter conhecimento do que é ser educador, alguns não tinham a menor noção de como o seu papel funcionaria na prática.

Contudo em seu livro: Identidade expropriada – Retrato do Educador Brasileiro (2003), Juçara Dutra Vieira afirma: "... Mas a qualidade da educação

oferecida em uma escola, um município, um Estado, um país, depende do conjunto, do grupo, da síntese representada por todos os saberes individuais (DUTRA, p.68)”.

Ou seja, realmente todo indivíduo, cidadão é participante da formação oferecida às crianças e jovens de uma nação. A educação é a cultura que é transmitida de geração em geração, por pais, amigos, babás, professores, merendeiras, zeladores, familiares, vizinhos, enfim todos os cidadãos participantes da comunidade.

Paulo Freire em seu livro Educação e Mudança (1997) afirma que a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos (FREIRE, p.28).

Para Freire a educação é muito ampla e que estamos sempre aprendendo algo novo e que, quando nos colocamos em uma nova cultura e nos dispomos a aprendê-la, estaremos nesse momento sendo educados para o novo.

Moran em seu artigo Educar o educador (2008) ainda conclui que:

Cada um de nós professores/pais colabora com um pequeno espaço, uma pedra, na construção dinâmica do “mosaico” sensorial-intelectual-emocional de cada aluno. Ele vai organizando continuamente seu quadro referencial de valores, idéias, atitudes, a partir de alguns eixos fundamentais comuns como a liberdade, a cooperação, a integração pessoal. (MORAN, 2008 p. 1)

Sendo assim, destacamos a importância efetiva de cada componente da instituição escolar, como construtor da educação dos alunos; deve-se, no entanto ter consciência da importância da construção do seu próprio conhecimento para que se possam transmitir conhecimentos de qualidade e significativos.

1. A procura da passagem da condição de merendeiras para educador.

Para diagnosticar a realidade vivenciada pelas merendeiras do município de Jundiaí, foi realizada uma pesquisa de campo envolvendo todos os funcionários de uma escola municipal de ensino infantil (crianças de zero a três anos de idade).

Este projeto teve a duração de noventa horas, sendo realizado no período de março a abril de 2009 e seu objetivo principal foi saber como funcionários não docentes, diretor (a) coordenador (a) e professores (as) viam os funcionários não docentes dentro da educação e como é colocado em prática o papel de educador, pelas merendeiras.

A grande questão naquele momento era: Será que os funcionários não docentes da educação infantil se vêem como educadores? Estes compreendem a importância do seu trabalho para o desenvolvimento infantil e conseguem relacionar seu trabalho com as práticas educativas?

Levando em consideração a questão destes profissionais realmente perceber a importância de seu trabalho como ato educativo, pode-se dizer então que como educadores que são, realizarão suas tarefas com maior consciência e qualidade.

Para tanto foi realizada uma pesquisa fundamentada na teoria de Marconi e Lakatos (2007), que traz a seguinte definição: “Para obtenção de dados podem ser utilizados três procedimentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos”. (p. 160)

Com base nestas afirmações, para a realização da pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos para coleta de dados:

1. Coleta documental
2. Observação e registro do comportamento das profissionais dentro da realização de suas tarefas.

3. Entrevistas direcionadas a cada cargo/função

4. Questionários

Após as primeiras observações e o resultado do primeiro questionário, foi ministrada uma palestra sobre o que é ser educador, que tinha como objetivo, conscientizar os funcionários da importância da qualidade do trabalho realizado pelos funcionários não docentes, visto que estes devem influenciar na educação sendo também responsáveis pela formação social dos alunos.

Realizada a palestra, foi feito um segundo questionário, para diagnosticar a concepção final da equipe escolar.

Os resultados obtidos com a pesquisa foram os seguintes:

Em relação à pesquisa documental, foi constatada na leitura do “código de ética (2009)” da unidade, que este traz em seus artigos:

1.1 itens K, que: “Promover o envolvimento de todos na realização dos objetivos estratégicos da unidade de ensino”.

1.3 – a: “Levar em conta o tipo de atividade que executam, o público com o qual entram em contato e os hábitos culturais do local onde trabalham”.

2.2 – d: “Estimular todos os alunos a buscarem o máximo de desenvolvimento na atividade proposta e em todas as áreas do conhecimento”.

2.2 – e: “Respeitar a criança em sua individualidade e esperar dela respostas compatíveis a faixa etária em que se encontra. Não infantilizar nem supervalorizar os desafios propostos para a criança”.

2.2 – f: “Valorizar no aluno as questões relativas a identidade. Fazê-lo reconhecer-se como ser único, não utilizando de apelidos ou qualquer outro adjetivo para referir-se à ele”.

2.2 – i: “Encontrar o equilíbrio nas formas de manifestações de apreço e carinho pelos alunos. Não exceder nem ser indiferente às necessidades de afeto da criança. Todos os alunos deverão ser tratados de forma igualitária nestas manifestações de carinho”.

2.2 – p: “Em hipótese alguma realizar comentários sobre os alunos ou problemas familiares dos mesmos para pessoas estranhas ao seu grupo, mesmo que sejam da equipe escolar”.

2.2 – q: “Em hipótese alguma realizar comentários sobre o aluno que possam colocá-lo em situação constrangedora, na frente de outros alunos, profissionais ou pessoas que estejam na escola no momento”.

2.2 – s: “Ensinar aos alunos noções de manutenção de espaço, equipamentos, brinquedos ou quaisquer outros utensílios utilizados na unidade, bem como noções de organização e limpeza daquilo que utiliza”.

2.2 – z: “Não utilizar formas de repreensão que não sejam educativas. Utilizar apenas aquelas adequadas às faixas etárias, que não coloquem a criança em situação de risco, constrangimento, ou medo”.

Diante destas normas que foram elaboradas para abranger a todos os funcionários da unidade, podemos concluir que existe uma linguagem única da gestão, para com todos os funcionários que por sua vez são considerados pela diretora como educadores, independente do cargo ou função que ocupam.

O documento: “Manual da família (2009)” da instituição também prevê:

“Todos os dias há uma rotina a ser seguida, ex: café, escovação, atividade, sono... Ela é importante para que o aluno desde pequeno tenha horários pré-estabelecidos. Além das atividades relativas aos cuidados com a criança, fazem parte da rotina as atividades recreativas, pedagógicas, projetos da secretaria e da unidade, passeios e oficinas” (p. 2)

Desta rotina participam todos os funcionários da unidade, cada um com o seu papel, sejam na realização de projetos, na cooperação com o grupo que organizará a atividade ou simplesmente dando suporte técnico.

Foi realizada também, a leitura das pautas de reuniões de hora de estudo da unidade, com datas a partir de 2008 e não existiam registros mencionando a importância do trabalho das merendeiras, nem tampouco a questão de considerar estes profissionais como educadores.

Contudo no final de cada ata havia a assinatura de todos os funcionários, constatando assim a participação de todos nestes momentos de estudos, uma vez que é exigência da direção para que todos fiquem a par dos assuntos e temas tratados e para que haja uma formação num provável envolvimento educativo com as crianças.

De acordo com as denominações funcionais e todas as descrições de função de cada segmento da escola municipal de ensino infantil, pode-se citar como fazendo parte das atribuições das merendeiras:

- Conferir o material encaminhado para a unidade escolar;
- Atender aos professores, nas solicitações de material escolar ou de assistência aos alunos;
- Controlar a movimentação de alunos nos horários de entrada, saída, recreio e nas dependências da escola;
- Manter limpo e arrumado o local de trabalho;
- Operar equipamentos simples;
- Preparar e confeccionar lanches, merendas, refeições, etc;
- Prestar atendimento aos alunos;
- Zelar pela conservação e guarda dos materiais e equipamentos utilizados nos serviços;
- Executar quaisquer outras atividades típicas do cargo e/ou do órgão de lotação.

É a partir destes dados que podemos claramente expor as funcionalidades da merendeira não apenas como trabalhadora braçal, mas que também realiza trabalhos educativos, junto aos alunos.

Os dados obtidos pela realização dos questionários foram os seguintes:

Dez educadoras (denominadas monitoras) participaram do levantamento de dados e todas afirmaram acreditar na influência de seu trabalho na educação e no desenvolvimento das crianças.

Contudo, apesar de afirmarem que compreendem a dimensão que é ser educador, sua atitude com relação ao trato com as crianças tornam esta afirmação um pouco duvidosa até porque me pareceu que algumas não têm consciência de que seus atos podem prejudicar o desenvolvimento da criança, causando traumas, inibição, podar a criatividade e autonomia destas.

Com relação ao gostar de trabalhar na área de educação, todas responderam que gostam, no entanto em conversa informal, algumas admitiram que só estivesse ali por falta de opção.

Quanto à valoração de seu trabalho, algumas ficaram receosas de responder assinalando as duas alternativas sem querer se comprometer, mas na informalidade afirmaram que nem sempre são reconhecidas como merecem.

Com relação às merendeiras e auxiliares de serviços gerais, todas responderam o seguinte: acham que seu trabalho influi na educação e no desenvolvimento das crianças, se consideram educadoras, compreendem a dimensão que é ser educador e gostam de trabalhar na área da educação.

Contudo durante a observação pode-se perceber que ao realizar suas tarefas, tanto as merendeiras quanto as auxiliares de serviços gerais não se preocupam com a questão educativa, apesar de apresentar uma ótima qualidade de trabalho.

Em momento algum elas pararam para dar atenção às crianças ou dar orientações, simplesmente mandavam que os alunos fossem para suas respectivas salas; Sendo assim qual seria realmente o motivo pela qual elas se consideram educador?

Em conversa informal foi apontada a questão da dimensão que é ser educador e estas demonstraram ter noção sobre o assunto e tinha consciência de seu papel como formador social, contudo no momento da prática essa questão fugia à realidade.

Quanto a trabalhar na área da educação, elas acreditam ser cômodo uma vez que por não terem formação, o setor oferece benefícios que não são oferecidos em outras áreas.

Três das quatro professoras da unidade participaram do projeto e apenas duas vêem todos os funcionários como educadores, pois para elas o trabalho deve ser realizado em parceria, promovendo qualidade no ensino-aprendizagem.

Salientam também que a direção valoriza o trabalho de todos deixando clara sua posição em relação à valorização, uma vez que como agem todos os componentes da equipe, faz toda diferença quanto ao desenvolvimento do aluno.

Já a outra professora radicaliza dizendo que apesar de as monitoras serem importantes no cuidado e higiene das crianças, apenas os docentes são educadores.

A diretora e a coordenadora afirmam que todos da unidade são educadores, contudo com relação à liberdade de intervenção, elas dizem que este é um processo que está em formação em face às diferentes formações e culturas dos profissionais.

Ela tem buscado mostrar a importância de um bom comportamento e uma linguagem única para com as crianças, contudo ela não permite que as merendeiras e auxiliares de serviços gerais freqüentem os grupos ou intervenham quando haja a presença de um responsável pelo grupo.

Para a realização da palestra foi utilizada as seguintes bibliografias:

- “Texto para funcionários” – Educação Pública do Paraná;
- O funcionário escolar como educador: Formação dos trabalhadores em educação da rede Estadual de ensino – Revista Eletrônica Extensio – UFSC;
- Site: ww.eca.usp/prof/moran/educar.htm
- Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Jundiaí – Suporte Pedagógico para Creches – 2009.

Após a palestra foi realizada uma entrevista contendo a seguinte pergunta:

Você se sente com um suporte maior para afirmar sua condição de educadora; quanto as suas atitudes, você acha que deve mudar algo?

Cem por cento das entrevistadas, monitoras, afirmaram que agora, sentem-se mais seguras ao afirmar seu papel como educadora, pois antes da palestra, elas não tinham base teórica para tal afirmação. Quanto à mudança de atitude, as monitoras disseram que é muito difícil lidar com a heterogeneidade das crianças, e, que elas precisam de muita capacitação para poder entender melhor os comportamentos e saber como lidar com eles.

Já as auxiliares de serviços gerais e merendeiras, disseram que agora vêm a necessidade de estar realmente se colocando na posição educacional, não ficando apenas na teoria e exercendo seu papel de formadoras de cidadãos, até porque todos têm algo a ensinar e aprender.

Também foi perguntado, se elas estão satisfeitas no cargo que exercem e se têm perspectiva de mudança de cargo ou função dentro da educação.

Elas responderam que gostam do que fazem, contudo se tivessem oportunidade com certeza mudariam.

A funcionária que tem curso de magistério, afirmou que tem participado de concursos públicos para professora, mas que até o momento não foi contemplada e está esperando a oportunidade para cursar o ensino superior.

Para Marx, em Gadotti, a educação deveria ser voltada para o setor fabril, ou seja, deveria ser voltada para o trabalho produtivo. Ele afirma que para se criar um novo sistema de ensino, seria necessário mudar as condições sociais, e, também um novo sistema de ensino transformaria as condições sociais. (GADOTTI, 2001, p. 130)

Pode-se perceber que a comunidade escolar, já não é a mesma. Muitos autores afirmam que antigamente as merendeiras eram na grande maioria, mulheres negras, de baixa escolaridade e que possuíam um padrão de vida muito baixo.

Contudo a realidade atual é que esse quadro não é mais o mesmo, pois ao passar por várias escolas da rede pública do município de Jundiaí e Várzea Paulista, constata-se que esse mito é contraditório, pois podemos encontrar merendeiras de todas as raças, com diferentes níveis de escolaridade e com uma vida econômica estável.

Muitas possuem nível superior, e, só estão nesta profissão enquanto não surge uma oportunidade de ascensão profissional, outras, porém apesar de formadas estão muito satisfeitas e querem continuar como estão.

As funcionárias que possuem pouca instrução têm consciência que necessitam se atualizar e buscar uma formação maior para atuar em cargos diferentes.

Assim como Marx, a sociedade atual considera a educação como único meio de se colocar no mercado de trabalho, ou seja, conseguir cargos que na concepção da sociedade são melhores e de maior “status”.

Sendo assim, o cargo de merendeira por lembrar trabalho doméstico, ligado aos afazeres de casa, é uma atividade que ainda hoje sofre preconceitos.

A maioria das pessoas acredita que tais profissionais não possuem instrução e que por esse motivo não são capazes de transmitir informações aos alunos, mas como mencionando anteriormente, essa não é a realidade vivenciada pelas merendeiras.

Todavia uma pessoa mesmo com baixo nível de escolaridade é capaz de transmitir conhecimentos.

2. História da Instituição Infantil (Creches e pré-escolas)

Nós membros da sociedade, compartilhamos uma série de valores e conhecimentos que fazem parte da cultura em que nascemos e vivemos. Esses conhecimentos sociais são adquiridos por meio da participação em diferentes contextos e de maneiras diferentes conforme as idades.

Os primeiros conhecimentos adquiridos pelo indivíduo se passam por meio da família e, posteriormente ocorre nas diversas instituições educativas (ensino, fundamental, médio e superior), por meio dos meios de comunicação e, também a partir das relações com grupos sociais, seja do mundo do trabalho, escolar ou mesmo do lazer.

Segundo Geib, Krahi, Poletto e Silva (2007), “na antiguidade, a educação assumia, para os povos primitivos, um caráter estacionário e imitativo, em que a transmissão de herança cultural se realizava pelos xamãs, curandeiros ou feiticeiros, conceituados como educadores”;

As autoras afirmam também que na civilização grega, o ensino era ministrado pelos tutores, escolhidos pelos critérios da estima mútua, afetividade e amizade; Estes tutores eram responsáveis pela educação sobre a honra, justiça, patriotismo, espírito de sacrifício, autodomínio e honestidade.

Na idade média, a educação era idealizada como instrumento destinado a salvação da alma e obtenção da vida eterna, numa visão pedagógica fundamentada no teocentrismo dando origem as escolas junto aos mosteiros, para ensinar o clero e a nobreza a interpretar os textos sagrados, preservar os princípios religiosos, combater a heresia e converter os infiéis. A educação era concebida como preparação para a outra vida.

Elas também lembram que no século XI há o surgimento do feudalismo, no qual a condição dos homens era determinada pela sua relação com a terra:

proprietários ou servos. Surgem então as escolas seculares, de ensino não religioso, para suprir as necessidades da nova classe social em aprender a ler, escrever e calcular.

De acordo com as autoras é por volta do século XII que começam a se instalar pequenas escolas nas cidades mais importantes, com professores leigos, nomeados pela autoridade municipal. “O ensino era voltado para a prática cotidiana, com a inclusão de noções de história, geografia e ciências naturais; Aos poucos foram surgindo e multiplicando-se o que se poderia chamar hoje de escolas particulares, nas quais os mestres assumiam por conta própria e, contando apenas com sua reputação, ensinavam aqueles que aceitassem pagar para matricular-se em suas escolas”. (GEIB; KRAHI; POLETTTO; SILVA; 2007)

Analisando todo esse trajeto vivenciado pelo tutor, vemos que estes assumiram papéis e valorizações diferenciadas, onde ensinaram desde a própria sobrevivência, a se colocar no mercado de trabalho às práticas religiosas e culturais.

Ruiz (2007) chama a atenção para o fato de que durante muito tempo o cuidado e a educação da criança pequena eram considerados como de responsabilidade da família; contudo com a revolução industrial no século XIX e a entrada da mulher no mercado de trabalho e de todos os membros da família para busca de garantir a subsistência e o processo de acúmulo de capital, a estrutura familiar tradicional foi modificada.

De acordo com a autora, como estava ocorrendo o aperfeiçoamento das máquinas, a força de trabalho masculina foi restringido, pois agora mulheres e crianças podiam realizar o mesmo tipo de trabalho recebendo bem menos favorecendo o capitalista que por sua vez pretendia reduzir o custo de sua produção. É a partir da necessidade de acúmulo de capital, por meio da entrada da mulher no mercado de trabalho e os baixos salários, que surge a necessidade de atendimento às crianças, tornando a escola uma solução secundária como forma de abrandar a pobreza.

Segundo ela, mesmo quando o trabalho do homem torna-se desvalorizado e com a vinda de imigrantes para o Brasil, há a preferência pelo trabalho feminino nos postos de serviços.

Nesse período as crianças são expulsas das fábricas devido ao encarecimento para o capitalista, pois apesar de os salários pagos às crianças serem baixíssimos, estes poderia sofrer acidentes sem contar que o rendimento infantil é bem inferiores a de um adulto.

Tendo que trabalhar, devido à pobreza, a falta de condições e o aumento do desemprego, as mães não encontravam saídas a não ser deixar seus filhos com as criadeiras, mesmo sabendo da precariedade dos serviços prestados por estas, elas arriscavam para poder proporcionar o sustento da família.

Para a autora, diante da situação onde o índice de mortalidade era alarmante, preocupados com as condições de vida da população operária, ou seja, com a reprodução da força de trabalho, além de manter a ordem e o equilíbrio social, na visão dos sanitaristas, a creche seria um paliativo.

Ela ainda mostra que o objetivo principal era o de reduzir os enormes índices de mortalidade infantil, por meio do fornecimento de abrigo, alimentação e alguns cuidados médicos-higiênicos para as crianças, passando assim com o tempo, a também liberar a força de trabalho das mulheres; com isso médicos, associações de damas beneficentes higienistas resolveram dar atendimento às crianças no Brasil, desenvolvendo um trabalho puramente assistencialista. (RUIZ, 2007, p. 102)

Na verdade estes terceiros tinham como preocupação, eliminar as desordens de cunho social, físico e moral, principalmente dos centros urbanos, pois para eles a culpa pela desestruturação da família e a falta de cuidados com os filhos são dos próprios integrantes do núcleo familiar, uma vez que como todos são livres e iguais, são assim culpados pela própria condição de vida.

Ruiz ainda coloca que apesar do atendimento às crianças em creches, asilos e internatos serem de iniciativa dos capitalistas estes não reconheceram como

sendo um dever social e sim como um favor prestado, ou simplesmente um ato de caridade. (RUIZ, 2007, p. 104)

Diante de tantos problemas, em 1899 foi instituído o Instituto de Proteção e Assistência a Infância, com sede no Rio de Janeiro; Em 1908 foi aberta a primeira creche popular, dirigida aos filhos dos operários das indústrias, até dois anos; Em 1919 foi fundado o Departamento da Criança, cuja responsabilidade caberia ao Estado; Em 1923, criada a Fundação da Inspetoria de Higiene Infantil, que, em 1934, foi transformada em Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância. (RUIZ, 2007, p. 104/105)

A Educação Infantil só passa a ser concebida enquanto um direito da criança e dever do Estado, a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988. Somente com a aprovação da LDB nº 9.394/96 que a conotação assistencial-custodial assumida desde o surgimento da creche passa a ter como proposta a indissociabilidade do educar e cuidar, como ação educativa. . (RUIZ, Jucilene de Souza, 2007, Anais do Encontro de Pedagogia: 40 Anos Formando Educadores, p. 107)

Art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Art. 208 “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 205 e 208)

Na nossa sociedade, a escola é o principal meio de transmissão de conhecimentos e o legado cultural de uma geração à outra; para tanto se faz necessário que os funcionários destas instituições levem em conta o contexto social da comunidade na qual a escola está inserida, para que se possa trabalhar levando em conta a cultura prévia de cada aluno, se utilizando disto para aumento de conhecimentos e criando oportunidades de os alunos compartilharem suas experiências.

Desde as suas origens, as modalidades de educação das crianças eram criadas e organizadas para atender a objetivos e a camadas sociais diferenciadas: as creches concentravam-se predominantemente na educação da população de baixo poder econômico, enquanto as pré-escolas eram organizadas, principalmente, para os filhos das classes média e alta. (...). (HADDAD, 2006, p. 9)

Deste modo Haddad (2006) chama a atenção para o fato de que a educação sempre foi voltada a atender a burguesia que tinha como objetivo atender aos objetivos e às camadas sociais diferenciadas.

Convém lembrar, como assinala Haddad que as creches destinavam-se às crianças de famílias de baixo poder econômico, enquanto que as pré-escolas eram freqüentadas pelos filhos das famílias que mantinham maior poder econômico.

Demerval Saviani (2001) chama a atenção para o fato de que na década de 60, a educação era entendida como um bem de consumo, algo meramente ornamental, mas decisivo para o desenvolvimento econômico uma vez que era tida como qualificadora de mão-de-obra (força de trabalho).

Saviani lembra que o trabalho define a essência humana, onde o homem para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência por meio do trabalho.

Convém lembrar ainda, que a escola tem sua origem a partir do momento em que surge a divisão de classes na sociedade, pois até então, todos aprendiam seus ofícios no próprio processo de trabalho. Era o aprender fazendo.

No período de privatização de propriedades a escola surge atendendo as classes ociosas (classe que não precisa trabalhar para sobreviver). “A classe dominante, a classe dos proprietários, tinha uma educação diferenciada que era a educação escolar “(SAVIANI, 2001.p. 152)

Saviani considera que a escola é uma agência educativa ligada às necessidades do progresso, às necessidades de hábitos civilizados, assim como está ligado o papel político da educação escolar enquanto formação para a cidadania, formação do cidadão. (p.157)

O autor ainda coloca que além da educação escolar, há a educação fora da escola, educação não formal, informal, contudo a escola tem que absorver todas as funções educativas que antes era desenvolvida fora da mesma e a função educativa que antes se acreditava ser papel da família, agora passa a assumir a forma escolar.

Saviani (2001) ainda lembra a mudança que está ocorrendo no currículo escolar, onde:

“... atividades extracurriculares, como a merenda escolar que envolve o sentido mais amplo que a educação possa assumir, inclusive o sentido latino de educar enquanto alimentar, portanto propiciar o crescimento físico no sentido literal da palavra; e se reivindica que a escola exerça também este tipo de função”. (p.158)

Este autor coloca muito bem o fato de a educação não ser prioridade escolar, nem tampouco prioridade dos profissionais docentes e sim, pode se educar através dos sindicatos, dos partidos, das associações dos mais diversos tipos, através dos clubes, do esporte, dos clubes de mães, por meio do trabalho, da convivialidade do relacionamento informal das pessoas entre si.

3. A realidade vivenciada pelas merendeiras.

A Constituição Federal (1988) prevê em seu artigo 29 que: a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade; com esta afirmação podemos afirmar que quando a constituição se refere à comunidade ela aponta não só a comunidade externa, mas sim toda a comunidade escolar.

As merendeiras fazem parte da equipe educacional da escola, visto que esta não se faz apenas de alunos e professores, mas sim de todo o ambiente educacional que é constituído por todos os funcionários, independente de serem docentes ou não, pelo espaço físico e materiais disponíveis.

O que torna uma pessoa educadora é o produto de sua ação. Depende de como cada pessoa se compreende, conscientemente, e como é a sua participação.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) prevê que as instituições educativas têm uma função básica de socialização sendo assim um contexto gerador de atitudes, ou seja, toda prática é educativa, mesmo que não seja de forma intencional e são aprendidas pelas crianças. Portanto para que haja aprendizagem, faz se necessário que a prática seja coerente, os valores, atitudes e normas que se pretende trabalhar estejam presentes desde as relações entre as pessoas, até a seleção dos conteúdos, passando pela própria organização da instituição. A falta de coerência entre o discurso e a prática é um dos fatores que promovem o fracasso do trabalho com os valores (RCN, vol. 1, p. 51).

No livro introdutório, Parâmetros Curriculares Nacionais, volume um também podemos encontrar as seguintes citações:

(...) As normas de funcionamento e os valores implícitos e explícitos, que regem a atuação das pessoas na escola são determinantes da qualidade do

ensino, interferindo de maneira significativa sobre a formação dos alunos (PCN, vol. 1, p. 48).

A abordagem construtivista integra, num único esquema explicativo, questões relativas ao desenvolvimento individual e à pertinência cultural, à construção de conhecimentos e à interação social. Considera o desenvolvimento pessoal como o processo mediante o qual o ser humano assume a cultura do grupo social a que pertence. Processo no qual o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem da experiência humana culturalmente organizada, ou seja, socialmente produzida e historicamente acumulada, não se excluem nem se confundem, mas interagem. Daí a importância das interações entre crianças e destes com parceiros experientes, dentre os quais destacam-se professores e outros agentes educativos. (PCN, vol. 1, p. 52)

Diante de tais afirmações, consideramos que, por ser a escola um ambiente educacional não pode ser cabível existirem pessoas sem consciência educativa, levando em consideração que todos os atos realizados dentro da instituição são aprendidos pelas crianças que passam a imitar tais ações, pois eles têm o adulto como referência.

Eulália Bassedas, Tereza Huguet e Isabel Sole em seu livro “Aprender e Ensinar na Educação Infantil” (1999) chama a atenção para a importância das crianças desde pequenas conhecerem as pessoas que lhes preparam as refeições e para tanto elas destacam algumas atividades (levar ou buscar algo na cozinha ou mesmo realizar uma atividade relacionada com alimentação) que as crianças poderiam realizar para que estas passem a frequentar este ambiente. Daí a importância do profissional que ali trabalha, pois nesses momentos irão intervir diretamente com os alunos desde os cumprimentos, mostrando e explicando como cozinham e preparam as refeições.

As autoras também afirmam que nessa idade, podem-se proporcionar muitos momentos de relação das crianças pequenas com o pessoal que trabalha para o

funcionamento da escola e seus aspectos específicos. (BASSEDAS, HUGUET; SOLÉ, 1999. p. 112)

As Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil prevê que:

As professoras e professores e os outros profissionais que atuam na Educação Infantil exercem um papel socioeducativo, devendo ser qualificados especificamente para o desempenho de suas funções com as crianças de 0 a 6 anos. (HADDAD, 2006, p.18)

Quando se trata de um trabalho socioeducativo, este não se trata de um trabalho pedagógico específico e sim de interação entre culturas e aprendizagens que acontece intencional ou inconsciente entre os sujeitos, favorecendo assim momentos de aquisição de novos saberes.

Um dos objetivos do PNE é que:

Os sistemas de ensino devem assegurar a valorização de funcionários não-docentes que atuam nas instituições de Educação Infantil, promovendo sua participação em programas de formação inicial e continuada. (Entende-se por não-docentes todos os funcionários da educação que não atuam em salas de atividades com as crianças). (HADDAD, 2006, p.18)

É muito importante que o PNE destaque em seu conteúdo o interesse na qualificação de todos os funcionários da educação infantil, pois demonstra reconhecer que cada um dentro de sua função exerce uma função socioeducativa e leva à reflexão dos gestores escolares a importância de cada agente dentro da instituição como parte de uma equipe educativa.

Como estratégia para garantir a eficácia do programa, o PNE cita em relação aos profissionais não-docentes: “Promover e apoiar financeiramente a formação dos

profissionais não-docentes que atuam nas instituições de Educação Infantil”. (HADDAD, Fernando, PNE, 2006, p. 26)

Neste contexto podemos observar que apesar de estar em lei, a formação das merendeiras em relação ao trabalho direto com os alunos não tem se concretizado e o que pude perceber em pesquisa de campo, o único curso de capacitação que recebem é de boas práticas alimentares, sobre higiene na área de trabalho, higienização dos alimentos e materiais utilizados na preparação das refeições. Esses profissionais sentem necessidade de uma capacitação mais específica de como passar para as crianças a importância de uma alimentação saudável, vez que recebem a incumbência de fazer essa assistência junto às crianças.

A recomendação que o PNE (2006) faz em relação à prática pedagógica é que:

A prática pedagógica considere os saberes produzidos no cotidiano por todos os sujeitos envolvidos no processo: crianças, professoras e professores, pais, comunidade e outros profissionais. (HADDAD, 2006, p. 27)

Toda instituição escolar deve levar em consideração a experiência adquirida pelas crianças, professoras e professores, pais, comunidade e todos os outros profissionais da instituição, visto que todos estão sempre aprendendo e transmitindo conhecimento adquiridos, realizando assim momentos de troca de informações. Com isso, juntos devem participar da realização do Projeto Político Pedagógico, para que este seja enriquecido com a opinião de todos os participantes da comunidade escolar.

Em relação à capacitação e formação das merendeiras, as professoras Rose Meri Trojan e Tais Moura Tavares (2007) da Universidade Federal do Paraná,

afirmam que o centro das atenções ainda se concentra na capacitação e formação docente deixando para segundo plano a formação dos demais funcionários.

Contudo ela afirma que o Ministério da Educação e Cultura do Brasil tem aceitado o fato de que a qualidade e a democratização da educação básica só serão efetivas mediante a formação e participação mais concreta no processo educativo da escola, pelo pessoal não docente.

Para a capacitação desse pessoal a autora propõe a capacitação dos docentes da rede estadual de ensino para que estes atuassem no processo de formação continuada dos (as) funcionários (as) da escola.

Para ela esse trabalho conjunto, entre docentes e não-docentes promoveria a integração entre os mesmos, uma vez que partilhariam um espaço de convivência, troca de conhecimentos e experiências, aspecto significativo para o estabelecimento de laços profissionais e respeito mútuo, favorável para a integração profissional no âmbito escolar e no processo de democratização da gestão escolar.

Segundo a autora, “quando se investe na formação continuada dos funcionários não docentes além de contribuir para seu aperfeiçoamento profissional, também se fornece os instrumentos para a participação política na escola e fora dela”. (TROJAN; TAVARES; 2007; p.11)

Trojan e Tavares ainda afirmam que o aperfeiçoamento destes profissionais na sua especificidade – como educador – possibilita a superação de preconceitos que os coloca como meros trabalhadores braçais, tornando-os conscientes de seu papel de agentes ativos na realização da função social da educação escolar. (TROJAN; TAVARES, 2007)

Contudo o município de João Pessoa, onde as autoras Carvalho, Muniz, Gomes e Samico (2008) em seu artigo “Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco”, mostra por meio de depoimentos que há grande insatisfação em relação às condições de trabalho desenvolvidas pelas merendeiras, onde de acordo com elas existe uma sobrecarga

de trabalho, tendo que algumas vezes remanejar auxiliares de serviços gerais para as ações de preparo e de distribuição da alimentação e que elas dentro da equipe escolar, são desconhecidas, apesar do trabalho intensivo que realizam junto às crianças, colaborando com o bom andamento da unidade.

As autoras enfatizam ainda que as merendeiras desenvolvem uma forte relação de afeto com as crianças, desempenhando um papel de cuidadora, extrapolando uma função específica de preparo e distribuição de alimentos e apesar de esta relação ter o dever de ser reconhecida, faz-se necessário que estas funcionárias recebam treinamento adequado para produzir refeições dentro dos padrões nutricionais estabelecidos, para que seu desempenho como merendeira não venha a ser prejudicado.

Em discussão realizada pelas autoras e merendeiras do município, mostrou a ausência de capacitação e treinamentos sistemáticos e apontaram desigualdades na frequência com que esses acontecem entre as escolas, apesar de o grupo mostrar valorização do processo de treinamento. (CARVALHO; MUNIZ; GOMES; SAMICO 2008)

Segundo Lucy Cardoso (2008), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) tem colaborado para com a capacitação de monitores que trabalhariam no Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar no estado da Bahia. Para isto em novembro de 2006, o FNDE fez convênios com as universidades Federais da Bahia (UFBA), do Paraná (UFPR), do Rio Grande do Sul (UFRGS), de São Paulo (Unifesp) e de Brasília (UnB) para constituição de Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar.

A autora chama a atenção para o fato de que o objetivo desses centros é realizar pesquisas e desenvolver projetos sobre a alimentação e a nutrição dos estudantes da rede pública de ensino, melhoria na qualidade da gestão e do controle social do programa, na criação de metodologia didático-pedagógica e na realização de cursos de capacitação de profissionais de saúde e de educação, merendeiras, conselheiros de alimentações escolares e profissionais da área. Os convênios do

FNDE com as universidades prevêem ações diferenciadas em cada estado. (CARDOSO, 2008)

Já Juliana Simioni (2009) afirma que, de 2008 para cá o PNDE aumentou sua parceria e agora mantêm convênios com Universidades Federais da Bahia (UFBA); do Paraná (UFPR); do Rio Grande do Sul (UFRGS); de São Paulo (Unifesp); de Brasília (UnB0); de Ouro Preto (Ufop); de Pernambuco (UFPE); de Santa Catarina (UFSC) e de Goiás (UFG).

Ela afirma que para garantia de uma merenda saudável e de qualidade, deve-se investir na formação continuada de todos os agentes envolvidos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) – gestores públicos, merendeiras, nutricionistas, conselheiros, entre outros. (Simioni, Juliana. Mec. 2009)

Maristela Barros (2009) também relata que no município de Piauí, está havendo uma grande mobilização em relação à alimentação escolar e capacitação dos profissionais envolvidos.

Ela cita em sua reportagem, que para a secretaria Municipal de Educação (SEMEC), uma das principais ações de promoção de saúde é a introdução de novos hábitos alimentares nas escolas municipais de Teresina e com isto é responsável pela elaboração de cardápios escolares que garantam alimentação saudável e adequada assim como proporciona capacitação para as merendeiras e para o Grupo de Supervisão da Merenda Escolar que é composto por professores e nutricionistas responsáveis pela avaliação da qualidade da merenda.

A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino-aprendizagem na rede municipal de Educação de Teresina é fortalecido pelo projeto Nutrir, realizado em parceria com a Fundação Nestlé. As escolas municipais de Teresina inscritas no Nutrir são capacitadas durante todo o ano pela equipe da Divisão de Nutrição Escolar da SEMEC, que colabora para a criação e a manutenção de hortas escolares; realização de palestras sobre saúde e alimentação; além da implementação de sistema self-service

no refeitório das escolas, incentivando os alunos a se servirem e terem autonomia na preparação dos pratos. (BARROS, 2009)

Maristela Barros finaliza, afirmando que a nova resolução do PNDE que disciplina o fornecimento da merenda escolar é extremamente importante, mas que no município de Teresina, não haverá grandes mudanças uma vez que já seguem essas determinações. (BARROS, 2009)

Diante destes exemplos podemos ver que, as capacitações necessárias para uma boa prática educacional alimentar já vem acontecendo, contudo essas capacitações ainda estão com foco unicamente na higienização, preparo e distribuição dos alimentos, sem levar em consideração os aspectos de relação entre merendeira e aluno.

Considerações Finais

A elaboração e execução desse projeto contribuíram para que teoria e prática fossem ligadas entre si e desse apoio teórico para todos os funcionários da instituição escolar sobre a questão que até hoje se mostra tão polêmica entre a comunidade de determinadas escolas.

A compreensão da importância que cada componente da equipe escolar tem em relação à formação do indivíduo é fundamental para que a prática educativa seja de qualidade.

Sendo a educação infantil a primeira etapa da educação básica e por possuir aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementam assim a ação da família e da comunidade que por sua vez também exercem papel educativo.

A escola possui função de socialização, tendo em seu contexto atitudes que mesmo não sendo intencionais são aprendidas pelas crianças, devendo portanto, o adulto ter consciência que sua prática seja coerente e que suas ações sejam voltadas pensando unicamente no desenvolvimento infantil.

(...) As normas de funcionamento e os valores implícitos e explícitos, que regem a atuação das pessoas na escola são determinantes da qualidade do ensino, interferindo de maneira significativa sobre a formação dos alunos (PCN, vol. 1, p. 48).

Assim como as pessoas na escola são determinantes da qualidade do ensino, é na idade infantil que se podem proporcionar momentos de relação das crianças pequenas com o pessoal que trabalha para o funcionamento da escola e seus aspectos específicos.

O fato de o PNE reconhecer que cada um dentro de sua função, exerce um papel sócio-educativo leva o gestor à reflexão sobre a importância de cada agente

dentro da instituição como parte de uma equipe educativa, tornando-se assim mais democrático e inclusivo.

No caso da administração municipal, estes acreditando que a equipe escolar num todo, fazem parte de ações educativas, deve este promover e apoiar financeiramente a formação dos profissionais não-docentes que atuam nas instituições de Educação Infantil.

Cabe também a todos os não docentes procurar se atualizar e procurar formação educativa para melhoria na qualidade de seu trabalho, assim como aqueles funcionários que sonham com uma ascensão profissional dentro da educação, estes deve procurar se graduar e arriscar-se no mercado de trabalho, seja ele particular ou público, buscando assim sua satisfação profissional.

É sabido que o papel de educador passou por várias etapas, mas também sabemos que como educadores fazemos parte da história no presente, assim como seremos parte da história no futuro.

Referências bibliográficas:

BARROS, Maristela. *Prefeitura de Teresina adota antecipadamente novas regras para alimentação escolar. Piauí.com. A notícia sem censura.* 2009. Disponível em: <http://www.ai5piaui.com/noticia.php?id=16192>

BASSEDAS, Eulália, HUGUET, Tereza; SOLÉ, Isabel. *Aprender e ensinar na educação Infantil* – ed. Artmed. 1999.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a educação Infantil – Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARDOSO, Lucy. Oficina qualifica nutricionistas e merendeiras. *Ministério da educação – Brasil um País de Todos.* Brasília. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8385&catid=211&Itemid=86

CARVALHO, Alice Teles de; MUNIZ, Vanessa Messias; GOMES, Josiane Fernandes; SAMICO, Isabella. Programa de Alimentação Escolar no Município de João Pessoa – PB, *Brasil: as Merendeiras em Foco. Interface – Comunicação, saúde, Educação.* V. 12, nº. 27. Paraíba. 2008

Constituição Federal, Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Seção II, da Educação Infantil. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm#art1

Denominações funcionais e todas as descrições de função de cada segmento - Emeb da rede pública do município de Jundiá

GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas.* SP, Ed. Ática, 2001

GEIB, Lorena Teresinha Consalter; KRAHII, Mônica; POLETTI, Denise Saon; SILVA, Carolina Barbosa. A Tutoria Acadêmica no Contexto Histórico da Educação. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, Vol. 60. n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v60n2/a16v60n2.pdf>. Acessado em 10 de maio de 2009.

HADDAD, Fernando. Política Nacional de Educação Infantil: Pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação. *Ministério da educação – Secretaria da educação Básica.* 2006. Disponível em: www.oei.es/quipu/brasil/pol_educ_infantil.pdf. Acessado em 27 de setembro de 2009.

Manual da Família (2009) - Emeb da rede pública do município de Jundiá.

MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica.* 6ª edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2007.

MORAN, José Manuel – Texto: Educar o Educador, (2008). Disponível em: www.eca.usp.br/prof/moran/educar.htm

NEVES, Mariza Helena S. Ribeiro; RODRIGUES, Dra. Margarita Victoria; SALGADO, Edna; SILVA, Cristina Beatriz Paranhos. Gramsci e Educação. *Revista Profissão Docente. Educação e Responsabilidade Social*. vol. 2, nº 5. Uniub (Universidade de Uberaba). Disponível em: <http://www.uniube.br/propep/mestrado/educacao>. Acessado em: 05 de abril de 2009

Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/ Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. – 3. ed. – vol. 1 -Brasília: A secretaria, 2001.

Código de Ética da Unidade (2009). Rede Pública do Município de Jundiáí.

Ruiz, Jucilene de Souza. Creche: Um discurso acerca seu surgimento. *Anais do encontro de Pedagogia: 40 anos Formando Educadores* – ISBN: 978-85-7613-123-6. Disponível em: www.ceuc.ufms.br/encontro_pedagogia/2...Oral/Comu08.pdf. Acesso em: 09 de agosto de 2009.

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felícia R.; FRANCO, Maria Laura P.B. (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 7ª edição. Ed. Vozes. Petrópolis. 2001. pp. 151 – 166.

Simioni, Juliana. Merenda escolar: Técnicos trocam experiências para melhorar capacitação. Mec. 2009. Disponível em: <http://www.conselhos.mg.gov.br/cae/noticia/encontro-discute-capacitao-para-merenda-escolar>

TROJAN, Rose Meri; TAVARES, Tais Moura. O Funcionário Escolar como Educador: Formação dos Trabalhadores da Rede Estadual de Ensino. Extensio – Revista Eletrônica de Extensão. V. 4, nº 5 – UFSC. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ext>